



## **DIÁRIO ELETRÔNICO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

**Ano XV - nº 291 - Porto Alegre, quinta-feira, 29 de outubro de 2020**

### **TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

#### **PUBLICAÇÕES ADMINISTRATIVAS**

#### **ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**

### **RESOLUÇÃO Nº 55/2020**

Dispõe sobre a especialização e regionalização de competências na Seção Judiciária de Santa Catarina, e estabelece outras providências.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista a decisão do Conselho de Administração na sessão de 19-10-2020, no processo 0010480-80.2019.4.04.8000, e considerando os termos da Resolução 53/2020, em continuidade à revisão da implantação do projeto de especialização, regionalização de competências e equalização de cargas de trabalho,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Fica estabelecida para a 1ª Vara Federal de Chapecó a competência regionalizada e exclusiva no âmbito territorial das Subseções Judiciárias de Chapecó, Concórdia e São Miguel do Oeste para o processamento e julgamento dos processos e procedimentos criminais do juízo comum e do juizado especial, inclusive os processos e procedimentos criminais relativos a crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e de "lavagem" de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores, relativos a crimes ambientais e a crimes praticados por organizações criminosas, bem como os procedimentos e processos de execução penal.

Art. 2º Fica estabelecida para a 1ª Vara Federal de Criciúma a competência regionalizada e exclusiva no âmbito territorial das Subseções Judiciárias de Criciúma, Lages, Laguna e Tubarão para o processamento e julgamento dos processos e procedimentos criminais do juízo comum e do juizado especial, inclusive os processos e procedimentos criminais relativos a crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e de "lavagem" de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores, relativos a crimes ambientais e a crimes praticados por organizações criminosas, bem como os procedimentos e processos de execução penal.

Art. 3º Fica estabelecida para as 1ª e 7ª Varas Federais de Florianópolis a competência regionalizada e exclusiva no âmbito territorial das Subseções Judiciárias de Florianópolis, Brusque, Caçador, Joaçaba e Rio do Sul para o processamento e julgamento dos processos e procedimentos criminais do juízo comum e do juizado especial, inclusive os processos e procedimentos criminais relativos a crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e de "lavagem" de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores, e relativos a crimes praticados por organizações criminosas.

§ 1º Incumbe à 1ª Vara Federal de Florianópolis processar e julgar com exclusividade os processos criminais ambientais do juízo comum e do juizado especial no âmbito das Subseções Judiciárias que integram a respectiva competência regionalizada.

§ 2º Incumbe à 7ª Vara Federal de Florianópolis processar e julgar com exclusividade os processos do júri e de execução penal no âmbito das Subseções Judiciárias que integram a respectiva competência regionalizada.

Art. 4º Fica estabelecida para a 1ª Vara Federal de Itajaí a competência regionalizada e exclusiva no âmbito territorial das Subseções Judiciárias de Itajaí e Blumenau para o processamento e julgamento dos processos e procedimentos criminais do juízo comum e do juizado especial, inclusive os processos e procedimentos criminais relativos a crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e de "lavagem" de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores, relativos a crimes ambientais e a crimes praticados por organizações criminosas, bem como os procedimentos e processos de execução penal.

Art. 5º Fica estabelecida para a 1ª Vara Federal de Joinville a competência regionalizada e exclusiva no âmbito territorial das Subseções Judiciárias de Jaraguá do Sul, Joinville e Mafra para o processamento e julgamento dos processos e procedimentos criminais do juízo comum e do juizado especial, inclusive os processos e procedimentos criminais relativos a crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e de "lavagem" de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores, relativos a crimes ambientais e a crimes praticados por organizações criminosas, bem como os procedimentos e processos de execução penal.

Art. 6º Às Varas Federais únicas a seguir relacionadas fica estabelecida a competência exclusiva no âmbito territorial das respectivas Subseções Judiciárias para o processamento e julgamento dos processos cíveis vinculados à origem, assim considerados os definidos no artigo 5º da Resolução 53/2020, do juízo comum e do juizado especial, e processos previdenciários do juízo comum e do juizado especial:

- a) 1ª Vara Federal de Brusque,
- b) 1ª Vara Federal de Caçador,
- c) 1ª Vara Federal de Concórdia,
- d) 1ª Vara Federal de Joaçaba,
- e) 1ª Vara Federal de Laguna,
- f) 1ª Vara Federal de Mafra,
- g) 1ª Vara Federal de Rio do Sul,
- h) 1ª Vara Federal de São Miguel do Oeste.

Parágrafo único. A distribuição por auxílio permanente dos processos cíveis não vinculados à origem das Subseções Judiciárias com Varas Federais únicas dar-se-á da seguinte forma:

I - Os processos da Subseção Judiciária de Brusque serão distribuídos, de forma equitativa, para as 2ª e 3ª Varas Federais de Itajaí.

II - Os processos das Subseções Judiciárias de Caçador e Joaçaba serão distribuídos para a 1ª Vara Federal de Lages.

III - Os processos das Subseções Judiciárias de Concórdia e São Miguel do Oeste serão distribuídos para a 2ª Vara Federal de Chapecó.

IV - Os processos da Subseção Judiciária de Laguna serão distribuídos para a 1ª Vara Federal de Tubarão.

V - Os processos da Subseção Judiciária de Mafra serão distribuídos para a 1ª Vara Federal de Jaraguá do Sul.

VI - Os processos da Subseção Judiciária de Rio do Sul serão distribuídos, de forma equitativa, para as 1ª e 2ª Varas Federais de Blumenau.

Art. 7º Para a 5ª Vara Federal de Blumenau, a 2ª Vara Federal de Criciúma, a 9ª Vara Federal de Florianópolis e a 5ª Vara Federal de Joinville fica estabelecida a competência regionalizada e exclusiva para o processamento das execuções fiscais, incluindo as execuções fiscais ambientais, nos seguintes termos:

I - 5ª Vara Federal de Blumenau: no âmbito territorial das Subseções Judiciárias de Blumenau e Itajaí;

II - 2ª Vara Federal de Criciúma: no âmbito territorial das Subseções Judiciárias de Chapecó, Concórdia, Criciúma, Lages, Laguna, São Miguel do Oeste e Tubarão;

III - 9ª Vara Federal de Florianópolis: no âmbito territorial das Subseções Judiciárias de Brusque, Rio do Sul, Caçador, Florianópolis e Joaçaba;

IV - 5ª Vara Federal de Joinville: no âmbito territorial das Subseções Judiciárias de Jaraguá do Sul, Joinville e Mafra.

Parágrafo único. Fica constituído o grupo de equalização de distribuição estadual, mediante auxílio recíproco e permanente nas execuções fiscais, composto pelas Varas Federais relacionadas neste artigo, devendo a distribuição e redistribuição observar o disposto no artigo 3º da Resolução 53/2020.

Art. 8º Para as Varas Federais a seguir relacionadas fica estabelecida a competência exclusiva para o processamento e julgamento dos processos previdenciários do juízo comum e do juizado especial no âmbito territorial das respectivas Subseções Judiciárias:

- a) 3ª e 4ª Varas Federais de Blumenau,
- b) 3ª Vara Federal de Chapecó,
- c) 3ª Vara Federal de Criciúma,
- d) 5ª e 8ª Varas Federais de Florianópolis,
- e) 4ª Vara Federal de Itajaí,
- f) 2ª Vara Federal de Jaraguá do Sul,
- g) 3ª e 4ª Varas Federais de Joinville,
- h) 2ª Vara Federal de Lages,
- i) 2ª Vara Federal de Tubarão.

Parágrafo único. Fica constituído o grupo de equalização de distribuição estadual, mediante auxílio recíproco e permanente nos feitos previdenciários do juízo comum e do juizado especial, composto pelas Varas Federais relacionadas neste artigo e no artigo 6º, devendo a distribuição e redistribuição observar o disposto no artigo 3º da Resolução 53/2020.

Art. 9º Para as Varas Federais a seguir relacionadas fica estabelecida a competência exclusiva para o processamento e julgamento dos processos cíveis do juízo comum e do juizado especial no âmbito territorial das respectivas Subseções Judiciárias, bem como os processos cíveis não vinculados à origem, do juízo comum e do juizado especial, no âmbito territorial das Subseções de Varas Únicas, nos seguintes termos:

- a) 1ª e 2ª Varas Federais de Blumenau,
- b) 2ª Vara Federal de Chapecó,
- c) 4ª Vara Federal de Criciúma,
- d) 2ª, 3ª, 4ª e 6ª Varas Federais de Florianópolis,
- e) 2ª e 3ª Varas Federais de Itajaí,
- f) 1ª Vara Federal de Jaraguá do Sul,
- g) 2ª e 6ª Varas Federais de Joinville,
- h) 1ª Vara Federal de Lages,

## i) 1ª Vara Federal de Tubarão.

§ 1º Compete exclusivamente à 6ª Vara Federal de Florianópolis, no âmbito territorial da Subseção Judiciária de Florianópolis, o processamento e julgamento da matéria cível ambiental e agrária, do juízo comum e do juizado especial.

§ 2º Fica constituído o grupo de equalização de distribuição estadual, mediante auxílio recíproco e permanente nos feitos cíveis do juízo comum e do juizado especial, composto pelas Varas Federais relacionadas neste artigo, devendo a distribuição e redistribuição observar o disposto no artigo 3º da Resolução 53/2020.

§ 3º A participação da 6ª Vara Federal de Florianópolis no grupo de equalização cível dar-se-á mediante o complemento de sua distribuição com processos do juizado especial cível, exceto os referentes à matéria de saúde, até a metade da distribuição ajustada média dos juízos do seu grupo de equalização.

Art. 10. Os processos referentes às Unidades Avançadas de Atendimento (UAAs) serão distribuídos da seguinte forma:

I - Os processos da UAA em Araranguá terão andamento:

- a) na 3ª Vara Federal de Criciúma, as ações previdenciárias;
- b) na 2ª Vara Federal de Criciúma, as execuções fiscais, incluindo as execuções fiscais ambientais.

II - Os processos da UAA em São Bento do Sul terão andamento:

- a) na 1ª Vara Federal de Mafra, as ações previdenciárias;
- b) na 5ª Vara Federal de Joinville, as execuções fiscais, incluindo as execuções fiscais ambientais.

III - Os processos da UAA em São Francisco do Sul terão andamento:

- a) no Juízo Substituto da 4ª Vara Federal de Joinville, as ações previdenciárias;
- b) na 5ª Vara Federal de Joinville, as execuções fiscais, incluindo as execuções fiscais ambientais.

c) na 6ª Vara Federal de Joinville, as ações da competência do juizado cível.

IV - Os processos da UAA em Tijucas terão andamento:

- a) na 4ª Vara Federal de Itajaí, as ações previdenciárias;
- b) na 5ª Vara Federal de Blumenau, as execuções fiscais, incluindo as execuções fiscais ambientais.

V - Os processos da UAA em Videira terão andamento:

a) na 1ª Vara Federal de Caçador as ações previdenciárias em relação aos municípios de Arroio Trinta, Fraiburgo, Frei Rogério, Iomerê, Monte Carlo, Salto Veloso e Videira, e na 1ª Vara Federal de Joaçaba em relação aos municípios de Ibiam, Pinheiro Preto e Tangará;

b) na 9ª Vara Federal de Florianópolis, as execuções fiscais, incluindo as execuções fiscais ambientais.

Art. 11. Esta resolução revoga as Resoluções 46/2018, 86/2018, 102/2018 e 105/2018, e entra em vigor em 03 de novembro de 2020.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.



Documento assinado eletronicamente por **Victor Luiz dos Santos Laus, Presidente**, em 28/10/2020, às 15:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php> informando o código verificador **5343858** e o código CRC **82888E95**.